

Jovens Agricultores #105

JAN|FEV|MAR| 2016 | Distribuição Gratuita
Associação dos Jovens Agricultores de Portugal



Novas Oportunidades para a Floresta
APCOR | FORESTIS | FNAPF

Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural
«O Jovem Empresário Rural deve ser objeto de diferenciação positiva»

Ciclo de Conferências - Jovem Agricultor

Caminha | Faro | Peso da Régua | Nelas | Estremoz | Funchal | Lisboa



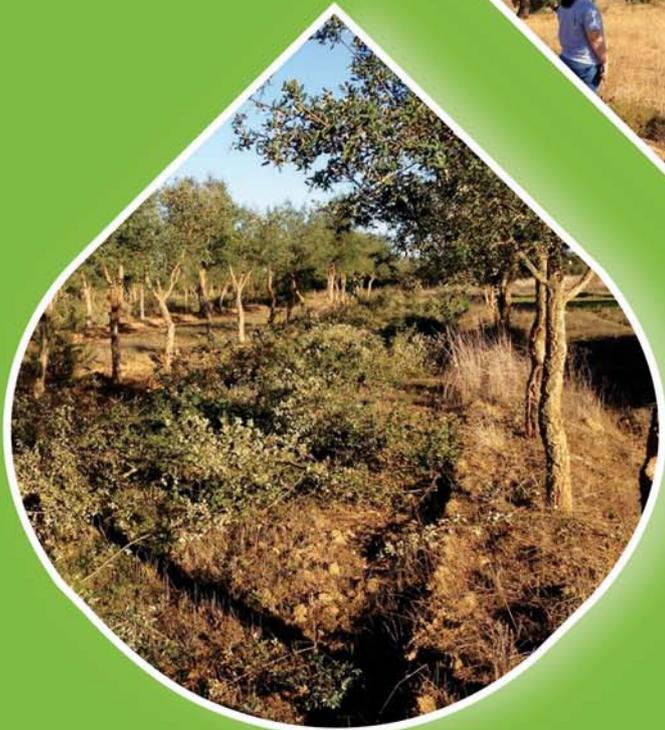
otrevo
floresta . agricultura . ambiente

30
ANOS

O SEU PARCEIRO DE REFERÊNCIA NO ALENTEJO

CONSULTORIA

- Elaboração, execução e acompanhamento de projetos florestais e agrícolas no âmbito do QCA
- Planos de Gestão Florestal (PGF)
- Avaliações, partilhas de propriedades e pareceres técnicos
- Fotointerpretação, cartografia digital e inventário
- Gestão agroflorestal



SERVIÇOS

- Arborização de terras agrícolas, florestais, áreas incultas e ardidadas
- Gestão de ativos florestais e agrícolas
- Beneficiação de espaços florestais: fertilizações, limpezas de matos, desramações, desbastes e podas de formação (manuais e mecânicas)
- Beneficiação de infraestruturas: caminhos, aceiros, pontos e linhas de água
- Podas de formação e tratamentos fitossanitários
- Instalação de culturas de coberturas e adubações

04 Editorial

05 Notícias

AJAP promove “Ciclo de Conferências - Jovem Agricultor”

07 Entrevista

«O Jovem Empresário Rural deve ser objeto de diferenciação positiva»
Amândio Torres, secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural



11 Dossier Central - Floresta

11 «Floresta e Mar são as maiores riquezas de Portugal»

Forestis- Associação Florestal de Portugal

14 «Não se pode transformar o país num gigantesco eucaliptal»

FNAPF - Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais

17 O papel da Certificação Florestal na Economia Portuguesa

APCER

18 Internacionalização e Exportação

«O consumidor é o maior aliado da cortiça»

APCOR - Associação Portuguesa da Cortiça



22 Investigação e Desenvolvimento

Genosuber - O projeto de sequenciação do genoma do sobreiro

24 Armadilha digital para captura da mosca da azeitona



25 Parceiros AJAP

«Estamos cá há 100 anos, sempre ao lado dos agricultores»

Normando Xarepe presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Estremoz, Monforte e Arronches



O Portugal Florestal que importa conservar e construir

A floresta autóctone desempenha uma importante função ambiental e ecológica na conservação da água, do solo e da biodiversidade. Produz um bom tipo de matéria orgânica e providencia uma boa evolução do solo e conservação da água, tão importante em ambientes mediterrânicos, como acontece em grande parte do nosso território.

A monocultura de algumas espécies florestais conduz a razoáveis rendimentos, mas em determinadas condições tem vários efeitos nefastos.

É este equilíbrio que é necessário encontrar na definição das políticas públicas, é este exercício que o Governo está a fazer e já o demonstrou. Resta agora limar arestas de todos os quadrantes, por forma a que todos colaborem na construção do Portugal Florestal que importa ter, conservar e construir.

São inúmeras as vantagens de um, cada vez maior, equilíbrio e ordenamento da nossa floresta, que desde logo constitui o *habitat* para inúmeras espécies de fauna e flora que dela dependem e, neste sentido, é essencial à manutenção da vida selvagem.

As nossas florestas albergam uma fauna e flora muito diversa, com algumas espécies raras ou em perigo de extinção, daí a importância na conservação de alguns tipos de *habitats*.

O Sobreiro merece especial destaque nesta edição da Jovens Agricultores pela importância que conquistou e que é merecida, mas foi basicamente com o início da utilização da cortiça como vedante, a partir do século XVIII, que o Sobreiro passou a ser economicamente muito interessante. Foi a época em que nasceu a subericultura portuguesa e se formaram os sistemas agrosilvopastoris conhecidos por "montados", que podemos considerar como um exemplo da gestão florestal sustentável a nível global.

Também em Trás-os-Montes se favoreceu a regeneração natural e semearam-se sobreiros na denominada "Terra Quente", tendo surgido as novas zonas suberícolas de Mirandela e do Tua. Foram também repovoadas as bacias do Tejo e do Sado.

A conservação da biodiversidade é uma responsabilidade da sociedade. O desenvolvimento sustentável da sociedade apenas poderá ser alcançado se for assegurada a sustentabilidade do meio ambiente.

A AJAP também é floresta, também é preservação dos recursos naturais e do ambiente.

Eduardo Almendra, Presidente da AJAP

Ficha Técnica

Propriedade e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970

Direção Firmino Cordeiro

Coordenação Editorial Nélia Silva

Secretariado Olga Leitão

Departamento Comercial Comunicland – Comunicação e Marketing | geral@comunicland.pt

Paginação Miguel Inácio **Impressão** GMT, Gráficos, Lda.

Fotografia de capa APCOR

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714

Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral

E-mail revista@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio



“Renovamos o campo, semeamos futuro”

A AJAP esteve presente na Frutitec- 4º Exposição Profissional de Máquinas, Equipamentos, Produtos e Tecnologia para Fruticultura e Horticultura, de 3 a 6 de março, na Exposalão, Batalha. O nosso stand apresentou uma imagem renovada, jovem e inovadora, refletindo a nova estratégia de comunicação da AJAP, cujo lema é “Renovamos o campo, semeamos futuro”.



A AJAP não pára de crescer... ao serviço dos agricultores!

Estar mais próximo dos agricultores e ao serviço das suas necessidades é a missão da AJAP desde sempre. Para tal continuamos a crescer, alargando os pontos de contato com os agricultores no maior número de concelhos possível, com mais de 90 gabinetes por todo o país. Consulte as entidades receptoras AJAP para Pedidos de Ajuda ao Rendimento:

www.ajap.pt

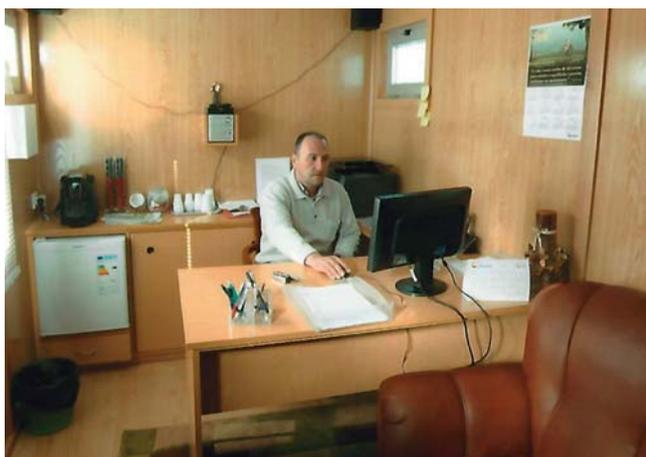
Manuel Castro e Brito – uma vida dedicada à agricultura



Manuel de Castro e Brito, presidente da Direção da ACOS - Associação de Agricultores do Sul, faleceu no passado dia 28 de março. A sua vida foi pautada por uma dedicação incondicional ao setor agrícola, enquanto empresário e dirigente associativo, e foi ele o grande impulsionador da Ovibeja, desde 1989, fazendo desta feira o maior certame agrícola do Alentejo. Figura incontornável da agricultura nacional, sempre persistiu na defesa dos interesses dos agricultores do Alentejo, tanto em Portugal como junto das instituições europeias. Entre 1990/1998 foi perito do COPA/COGECA - Comité das Organizações Profissionais Agrícolas da Comunidade Europeia/Comité Geral da Cooperação Agrícola da Comunidade Europeia, para o setor da carne dos ovinos e caprinos. Em Portugal assumiu diversos cargos de dirigente associativo, nomeadamente como presidente da FAABA – Federação das Associações de Agricultores do Baixo Alentejo, em 2004, e como membro da Direção da AIP – Associação Industrial Portuguesa, entre 2007 e 2011. O seu nome ficará para sempre ligado à História recente da Agricultura Portuguesa.

AJAP abre gabinete em Santa Maria da Feira

A AJAP abriu, no final de Janeiro, um novo gabinete em Santa Maria da Feira. Estrategicamente localizado a 2 km do centro da cidade de Santa Maria da Feira, mais precisamente na freguesia da Arrifana,



o gabinete da AJAP tem parque de estacionamento e excelentes condições para receber os agricultores e outros interessados em investir no setor agrícola.

O responsável do gabinete é Serafim Guimarães, 49 anos, técnico bem conhecido no concelho, que trabalhou desde 1988 até final de 2015 na atual Cooperativa Agrícola da Feira, São João da Madeira, Gaia e Espinho. Serafim Guimarães revela o entusiasmo com que abraça este novo desafio profissional, juntando-se à equipa da AJAP: «Estou confiante de que o gabinete da AJAP vai ser muito útil aos agricultores. Conto com a experiência de muitos anos neste trabalho e com o conhecimento da realidade agrícola local. As pessoas confiam em mim, pela prontidão e disponibilidade com que tenho por hábito tratar os clientes, ajudando-os a resolver qualquer questão que esteja ao meu alcance».

Além do atendimento no gabinete da AJAP, Serafim Guimarães faz uma deslocação semanal, à quinta-feira, à empresa "A Nova Lavoura de Gaia" em Canelas, Vila Nova de Gaia, para atendimento aos agricultores deste concelho.

Contatos:

AJAP Santa Maria da Feira
Rua João de Deus, N° 8,
3700-498 Arrifana
Tel.: 919 806 146
serafim.guimaraes@ajap.pt

AJAP promove “Ciclo de Conferências - Jovem Agricultor”

A AJAP promove, ao longo dos próximos meses, o “Ciclo de Conferências - Jovem Agricultor”, levando a 7 concelhos de Portugal Continental e da Região Autónoma da Madeira o debate sobre as oportunidades do PDR2020, a análise de peritos em Investimento Agrícola e testemunhos locais de entidades, empresas e jovens agricultores de sucesso. A primeira conferência realiza-se a 21 de abril, em Caminha, em parceria com a Câmara Municipal de Caminha. Preside à sessão de abertura o Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, Luís Medeiros Vieira. Os oradores convidados são Miguel Freitas (*especialista em assuntos agrícolas europeus*), Pedro Santos (*consultor de projetos de investimento agrícola*) e José Martins (*Jovem Agricultor da empresa Raiz da Terra*). As próximas conferências decorrerão em: Faro, Peso da Régua, Nelas, Estremoz, Funchal e Lisboa, em datas a anunciar brevemente.



Ciclo de Conferências Jovem Agricultor

Caminha | Faro | Peso da Régua | Nelas
Estremoz | Funchal | Lisboa

Revitalizamos o campo,
semeamos futuro



Com o patrocínio de:



Com o apoio de:



Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 148, 2º | 1059-138 Lisboa
Tel. +351 213 24 49 20 | ajap@ajap.pt | www.ajap.pt

«O Jovem Empresário Rural deve ser objeto de diferenciação positiva»

O secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural revela que 81% das verbas do PDR2020 para apoio à instalação de jovens agricultores já estão comprometidas. No Desenvolvimento Rural, Amândio Torres compromete-se com a criação da figura jurídica do Jovem Empresário Rural e nas Florestas defende um «modelo mais consistente de gestão conjunta dos ativos da floresta» como as Sociedades de Gestão Florestal.

Quais as prioridades do Governo para o Desenvolvimento Rural?

Uma das prioridades do Governo é implementar uma política de proximidade com as entidades que estão no terreno. Por exemplo, em fevereiro contratualizámos apoios com 54 Grupos de Ação Local (GAL), responsáveis pelas estratégias de desenvolvimento local, que têm novas competências no apoio aos pequenos investimentos agrícolas e à transformação de produtos agrícolas, no âmbito do PDR2020. Por outro lado, é intenção do Ministro da Agricultura melhorar o apoio à pequena agricultura, aumentando o financiamento e dando acesso exclusivo dos pequenos agricultores e das pequenas unidades agroindustriais às medidas destinadas à pequena agricultura.

Qual vai ser o montante máximo de apoio aos Pequenos Agricultores?

A definição do conceito de «pequeno agricultor» e dos plafonds dos apoios está ainda em análise. À partida, o «pequeno agricultor» terá que residir na área geográfica de intervenção do GAL através do qual se candidata ao projeto de investimento; ter um

volume de negócios anual inferior a 20.000€ ou receber menos de 5.000€ de ajudas diretas. O «pequeno agricultor» é aquele que está próximo da terra e reside na zona onde tem a atividade agrícola. Como se sabe, o montante máximo do projeto de investimento para o apoio à pequena agricultura é de 25.000.00€, neste momento. Este montante será aumentado para 40.000.00€ através de uma alteração ao PDR 2020.

A AJAP tem vindo a propor a formalização da figura do Jovem Empresário Rural como forma de apostar na fixação dos jovens ao mundo rural de forma consistente. Considera implementar esta figura? Em que moldes?

A AJAP foi recebida no Ministério pouco depois da tomada de posse do Governo e efetivamente essa questão foi abordada e está inscrita na nossa agenda. O estatuto jurídico do Jovem Empresário Rural precisa de ser concretizado e formatado juridicamente, o que dará mais consistência a esta figura.

«O estatuto jurídico do Jovem Empresário Rural precisa de ser concretizado e formatado juridicamente»

Qual a sua opinião pessoal sobre a figura do Jovem Empresário Rural?

Considero que é extremamente importante. O Jovem Empresário Rural deve ser premiado e objeto de uma



diferenciação positiva quando colocado em pé de igualdade com outros empreendedores, até pelo importante papel que tem na sociedade portuguesa.

No seu programa eleitoral, o Partido Socialista comprometeu-se a elevar de 15.000€ para 20.000€ o valor mínimo do prémio à primeira instalação de jovens agricultores. A AJAP propõe 30.000€ (prémio máximo para investimento igual ou superior a 75.000€), independentemente da % de apoio financeiro. Considera viável esta proposta? Faz parte da reprogramação do PDR2020?

Infelizmente, como todos sabemos, vivemos um período em que os recursos disponíveis são escassos, muito por via de decisões anteriormente tomadas e que comprometem seriamente o futuro. Nessa medida, não podemos assumir qualquer compromisso além do que está já consagrado no Programa do Governo.

Quais as linhas gerais da reprogramação do PDR2020?

Em primeiro lugar, dar tradução aos compromissos

assumidos no âmbito do Programa de Governo. Em segundo lugar, proceder a alguns ajustamentos que se tornaram obrigatórios, por força de decisões anteriormente tomadas no domínio do PDR 2020. Estamos a concluir esse processo de avaliação e logo que seja possível essa estratégia de reprogramação será submetida à apreciação do próprio Governo. Na linha do que já referi, é intenção do Governo reforçar o apoio aos pequenos agricultores, designadamente implementando mecanismos de discriminação positiva para este grupo nessa reprogramação.

E a questão do aumento da comparticipação nacional do PRD2020 via Orçamento do Estado, está prevista na reprogramação do PDR2020 submetida a Bruxelas?

Em 2016 a comparticipação mantém-se nos 15%. Em data oportuna esta questão será revista pelo Governo, sendo certo que o Ministério da Agricultura assegura que os compromissos anteriormente assumidos serão integralmente respeitados, tal como tem vindo a ser afirmado pelo senhor Ministro.

Quando poderá o Ministério garantir maior celeridade na análise das candidaturas ao PRDR2020?

Essa mudança de ritmo está já a ser visível. Temos candidaturas analisadas, estamos a contratar, desbloqueámos os apoios ao investimento e vamos continuar nesse ritmo. A nossa prioridade é colocar o dinheiro na economia.

E relativamente à ação 3.1. Jovens Agricultores, qual o número de candidaturas entradas e já decididas?

Na ação 3.1. Jovens Agricultores, das 4.289 candidaturas entradas, foram analisadas 988 e decididas 536. Na ação 3.2. Investimento na Exploração Agrícola, entraram 4.268 processos, dos quais 987 estão analisados e 536 decididos. Na operação 3.2.1. entraram 2.545 candidaturas, foram analisadas 761 e 449 estão decididas.

Está prevista a abertura de novos concursos à Instalação de Jovens Agricultores em 2016 e 2017?

A questão está a ser analisada, ainda temos alguma disponibilidade orçamental. Estão comprometidos 166 milhões de euros, de um total de despesa pública de 204 milhões de euros, ou seja, 81% da verba total prevista no PDR2020 para esta medida.

Há possibilidade de o acompanhamento técnico aos Jovens Agricultores ser um item elegível nos projetos submetidos ao PDR2020?

O apoio técnico à elaboração e acompanhamento do projeto é uma despesa elegível no âmbito da medida 3.2.1. – Apoio ao Investimento na Exploração Agrícola. Estará ainda disponível uma medida de apoio à aquisição de serviços de aconselhamento, que iremos operacionalizar.

Qual a meta de execução prevista para o PDR2020 até final do ano?

Tem sido publicamente assumido pelo senhor Ministro que a meta de execução deste ano é de 100% da dotação anual do PDR2020. Infelizmente não será

ainda possível recuperar todos os atrasos que vêm de anos anteriores.

A extensão do prazo até maio vai permitir resolver a questão da formação de Aplicadores de Produtos Fitofarmacêuticos, atendendo a que no final de 2015 havia apenas 85.502 agricultores habilitados, ou seja, 36% do universo potencial de aplicadores?

É um processo que está em andamento. Conseguimos encontrar uma forma de facilitar um pouco a obtenção de formação por parte dos agricultores, sem perda de rigor, mas não há como contornar esta obrigação. Ela decorre de uma imposição comunitária e tem como objetivo melhorar as condições de aplicação de fitofármacos, protegendo a saúde dos aplicadores, dos consumidores, dos produtos tratados e do próprio meio ambiente.

Entre as prioridades do Ministério está a recuperação de 150.000 hectares de floresta. No entanto, a dotação financeira do PDR2020 para este setor - €536 milhões - parece já estar comprometida na totalidade até 2020. Haverá verbas disponíveis para concretizar o objetivo que pretende?

Vai haver verbas. No setor florestal há 2 questões essenciais: a instalação de novos povoamentos e a sua manutenção, por um lado; e a gestão dos povoamentos florestais, por outro. É essencial que os proprietários florestais adiram à arborização e o PDR2020 garante um cofinanciamento minimamente satisfatório (85%) para estimular o investimento. Por outro lado, é necessário criar formas de gestão mais ativa dos espaços florestais. Até porque o sistema de «subvenção sobre subvenção» demonstrou, ao longo de 3 décadas, que não resolve o problema.

O que entende por gestão mais ativa da Floresta?

É importante ir além das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), criando formas mais consistentes de gestão, apostando mais na gestão conjunta dos ativos da floresta, independentemente da contiguidade das parcelas. Na Galiza existem as Sociedades de Gestão Florestal, um exemplo que encaro como um caminho

a explorar por 2 motivos: é novo e não envolve a terra. É certo que o diálogo será complexo, porque implica alterações ao regime de IMI, mas estou empenhado em iniciar essa discussão. Os galegos erraram ao não utilizar o IMI como instrumento alavanca para promover as sociedades florestais. Isentar de IMI, sem ser em resultado de uma gestão efetivamente ativa, é perverso. Do meu ponto de vista, os princípios que norteiam o cálculo do IMI têm de ter em conta os ativos, premiando quando existe um efetivo em pleno uso da terra e penalizando a ausência de gestão ativa.

A majoração dos projetos candidatos ao PDR2020 para proprietários com floresta em ZIF cria discriminação para as regiões onde as ZIF são escassas ou inexistente, como o Alentejo. Admite rever esta legislação?

As ZIF são determinantes e são um instrumento importante para ajudar a dar dimensão e consistência à gestão florestal em grande parte do país. Onde elas são menos abundantes é onde essa limitação não existe. Essa majoração não serve para criar desigualdade, serve para compensar uma dificuldade particular.

Qual é a sua opinião sobre as ZIF?

É um modelo criado com a finalidade de incentivar o associativismo florestal, tendo em vista a melhoria da gestão florestal. Sabemos que há uma certa insatisfação quanto ao modelo de financiamento, nomeadamente no que diz respeito aos apoios à renovação florestal decorrente dos incêndios. No entanto, está a funcionar, apesar de estar a funcionar menos bem do que seria de esperar. Existem 914 mil hectares de floresta integrados em ZIF, envolvendo um total de 20.000 pessoas, e está proposta a integração de mais 280 mil hectares. Acontece que as ZIF não são geridas por órgãos representativos dos proprietários florestais em termos societários... São geridas em regime semelhante ao dos condomínios, o que debilita a legitimidade e a eficiência de gestão. Portanto, diria que é importante ir além das ZIF, criando formas mais consistentes de gestão.

Como se “cruzam” as figuras das Sociedades de Gestão Florestal e das Organizações de Produtores (OP) Florestais, previstas pela primeira vez no PDR?

Agricultura e Floresta são realidades muito distintas. Nem sempre os modelos que funcionam bem num setor são os mais adequados para outros. No setor florestal, as OP enfrentarão certamente dificuldades de afirmação, por esta e por outras razões.

O Governo prevê dar prioridade à plantação de espécies como o montado e pinho e quer dar um passo atrás na liberalização da plantação de novas áreas de eucalipto. Qual a diferenciação de apoios prevista para espécies de crescimento lento e espécies de crescimento rápido (Portaria 274/2015)?

Todas estas espécies têm lugar na nossa floresta e são importantes para a economia do setor florestal. Em relação ao eucalipto, a aposta é no aumento da produtividade das áreas já existentes, condicionando a sua expansão, o que aliás foi também objeto de um acordo político com o Partido Ecologista Os Verdes. Em matéria de apoios, o pinheiro e o sobreiro são uma prioridade, sem excluir outras espécies importantes, em particular as folhosas produtoras de madeiras nobres.

«No setor florestal, as OP enfrentarão certamente dificuldades de afirmação»



«Floresta e Mar são as maiores riquezas de Portugal»



Uma Floresta mais produtiva e resiliente aos riscos de incêndio e às ameaças fitossanitárias é a meta que deve mobilizar Portugal, onde 35% do território é Floresta. A transferência de conhecimento e de tecnologia para os produtores e o financiamento público são fundamentais para alavancar um setor que perdeu 100.000 empregos nos últimos 20 anos. A visão da Forestis- Associação Florestal de Portugal sobre as oportunidades e ameaças.



Francisco Carvalho Guerra, conhecido bioquímico e investigador, fala aqui como representante da Forestis - Associação Florestal de Portugal, e a sua longa experiência de vida dá-lhe crédito para ir direto e certo ao assunto: «*nada pode ser feito no setor florestal que não seja em diálogo com os proprietários florestais, que detêm 97% da floresta em Portugal*», diz à laia de introdução e põe o dedo na ferida: «entre 2003 e 2005 arderam mais de 700.000 hectares de

floresta em Portugal, na maior mancha de pinheiro da Europa, e nada se replantou».

Este é o diagnóstico de uma Fileira enferma de fragilidades crónicas, que requer um tratamento prolongado e estruturante, ministrado por uma equipa multidisciplinar: «*os privados e o Estado devem colaborar e dar as mãos para tornar efetivos os apoios à floresta no âmbito do PDR2020, que é uma oportunidade estupenda para implementar políticas e medidas adiadas há muito*», continua Fernando Carvalho Guerra, infletindo o discurso: «*o problema é que para inverter esse atraso é necessário que o orçamento seja adequado e que os serviços públicos sejam facilitadores do investimento e não um entrave com processos administrativos e burocracias infundáveis*».

«Certificar é um caminho essencial, no entanto, apenas 20% da floresta nacional está certificada»

Em matéria florestal, Portugal sabe qual o caminho a seguir: produzir mais e ter uma floresta mais resiliente aos riscos de incêndio e às ameaças fitossanitárias crescentes. As ferramentas para lograr tais objetivos são claras do ponto de vista da Forestis: «a transferência de conhecimento e de tecnologia é prioritária para levar a bom porto questões como a diversificação das espécies florestais e o incremento da produtividade da floresta», afirma Rosário Alves, diretora executiva desta Associação, explicando que o fator crítico é a aplicação e boa utilização dos recursos existentes, e que os desafios passam pela implementação de Boas Práticas Florestais, pela melhoria da gestão florestal e pela inovação.

As tecnologias de informação e comunicação ao serviço do proprietário florestal são um campo onde a Forestis tem dado passos pioneiros, desenvolvendo aplicações com base em SIG, em parceria com as universidades portuguesas, com vista a baixar custos de planeamento, gestão e certificação da floresta. «O investimento em tecnologia é muito relevante, sobretudo na nossa realidade de minifúndio, onde a área média/parcela é de 2 hectares», afirma Rosário Alves. É nesta realidade do Centro e Norte de país que a Forestis se move e para a qual reclama maior compreensão e apoio público, porque as oportunidades existem: «podemos duplicar o número de empregos direta e indiretamente relacionados com a Floresta. Há 2 décadas a Floresta empregava diretamente 240.000 pessoas em Portugal, hoje são 140.000 empregos, de acordo com a ex-ministra da Agricultura», precisa Francisco Carvalho Guerra, para quem «a Floresta e o Mar são as maiores riquezas de Portugal».



Rosário Alves, diretora executiva da Forestis

BI Forestis - Associação Florestal de Portugal

31 associações de produtores florestais (80 técnicos)

17.000 proprietários florestais

170.000 hectares de floresta com planos de gestão

140.000 hectares de baldios com plano de gestão

10.000 hectares de floresta certificada

51 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)

67 equipas de sapadores florestais (355 elementos)

Jovens Agricultores: Quais as oportunidades da Floresta em Portugal?

Rosário Alves: Temos muitas oportunidades, desde logo porque a floresta ocupa 35% do território e facilmente poderia chegar aos 50%, se ocupar terrenos sem aptidão agrícola. A floresta traz muitas vantagens ao nível dos serviços do ecossistema: territórios mais produtivos, diminuição da erosão, sequestro de carbono, melhoria da capacidade de infiltração da água no solo, manutenção da qualidade dos recursos hídricos.

JA: E há boas oportunidades de mercado para os produtos florestais?

RA: Os estudos internacionais apontam para um aumento da procura dos produtos florestais, tanto da madeira usada em setores tradicionais, como para incorporação em compósitos, em

mistura com outros materiais. A tecnologia industrial evoluiu e permite um maior aproveitamento dos subprodutos, como a biomassa florestal, usada na produção de pellets ou como combustível em centrais de cogeração. A biomassa tem sido um input económico importante para muitos produtores florestais das regiões Norte e Centro do país. Por outro lado, a castanha, os cogumelos ou os frutos silvestres, que podem ocupar o sub-coberto das florestas, permitem diversificar os produtos derivados da floresta e rentabilizar o investimento mais rapidamente.

JA: *Os jovens agricultores estão a investir na Floresta?*

RA: Embora a propriedade florestal seja transmitida sobretudo por herança, tem-se verificado um aumento da procura de terrenos florestais para investimento. As novas gerações já olham para a floresta como um negócio, mas o que refreia os ímpetus destes investidores é o risco (de incêndios, pragas e doenças), pelo que os apoios públicos necessitam obrigatoriamente de compensar estes riscos para tornar a atividade florestal atrativa.

JA: *Que outras barreiras existem ao investimento na Floresta?*

RA: O desconhecimento e a dificuldade em obter informação é também uma barreira para os novos investidores. O Estado abdicou dos serviços de extensão florestal, mas não delegou essas funções (e respetivo financiamento) nas organizações florestais. A formação profissional para o setor da floresta tem sido sucessivamente esquecida, as últimas medidas abriram na vigência do programa AGRO (2000-2006) e foram na altura um instrumento muito importante e eficaz de contato com proprietários e potenciais investidores, que contribuiu para alavancar investimento no setor.

JA: *O PDR2020 não apoia o investimento em formação no setor florestal?*

RA: No PDR2020 os apoios à formação profissional são quase inexistentes e nada está regulamentado por enquanto. Estão previstos, pela primeira vez, apoios a Serviços de Aconselhamento Florestal, sobre os quais temos grandes expectativas, embora estejamos apreensivos pela falta de regulamentação e devido à escassez orçamental.

JA: *Qual a sua opinião sobre os incentivos à criação de Organizações de Produtores (OP) no setor da floresta?*

RA: É uma medida que vai ter pouca adesão no setor florestal, caso seja aplicada tal como está regulamentada. Por um lado, não existe tradição de organização da oferta no setor e temos uma escala de propriedade muito pequena, pelo que os volumes de madeira a comercializar estarão abaixo dos limiares mínimos exigidos para constituir uma OP. Fizemos propostas (à anterior Ministra da Agricultura) para implementar a gradualidade da subida dos montantes mínimos de comercialização via OP, atingindo o limiar proposto na legislação aos 3 anos de existência da OP, mas a nossa proposta foi recusada. Temos esperança de que a situação ainda possa ser revertida pelo atual Ministro, porque a medida das OP é positiva para as entidades que já certificam a sua floresta e estão mais próximas do sistema comercial.

«As novas gerações já olham para a floresta como um negócio»

«Não se pode transformar o país num gigantesco eucaliptal»

A FNAPF - Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais concorda com a decisão do Ministério da Agricultura de travar a lei que “liberalizava” a plantação de eucaliptos e reclama «incentivos para as outras espécies, porque é necessária diversificação».



«É preciso apostar na produção de madeira de qualidade, madeira nobre, principalmente para mobiliário, na qual estamos extremamente dependentes do exterior»

A Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais (FNAPF) representa 43 associações de proprietários florestais e cerca de 700.000 hectares de floresta. O seu presidente, Vasco Campos, concorda com a decisão do atual Governo de travar a lei anterior que liberalizava a plantação de eucaliptos. «Nós concordamos, porque não se pode transformar o país num gigantesco eucaliptal. Se, por um lado, admito que o eucalipto é a única espécie florestal rentável em termos de produção de madeira, por outro lado, tem de haver incentivos às outras espécies, porque é necessária diversificação». O presidente da FNAPF acrescenta que a área atual é suficiente, sendo necessário aumentar

a produtividade onde já existe eucalipto e apostar noutras espécies no restante território.

O dirigente lembra que em Portugal a floresta é quase toda privada, mas tem um fim público – combate à erosão, fixação de carbono, preservação da biodiversidade e da paisagem, regularização do regime hídrico, etc. – e por isso «a sociedade tem de contribuir para a floresta. E contribui, precisamente com os apoios nacionais e comunitários, porque muito poucos proprietários têm capacidade para plantar carvalhos, beneficiando do primeiro rendimento apenas ao fim de 30 anos, que dá para pagar 20% do investimento, com o retorno garantido apenas ao fim de 90 anos...».

Vasco Campos considera que o objetivo do Governo de aumentar a área de floresta em 150.000 hectares no espaço de duas legislaturas «é possível, nomeadamente com a reversão de áreas de matos para floresta, aliada a uma política acertada e determinada de prevenção de incêndios e de pragas e doenças». Acrescenta ainda que «paralelamente é necessário investir no aproveitamento das áreas de regeneração natural de pinheiro bravo existentes na zona do Pinhal Interior, no Centro do país».

ANÁLISE SWOT À FLORESTA PORTUGUESA

Em jeito de análise SWOT – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças – à floresta nacional, o responsável da FNAPF considera que a restante floresta que assume funções não produtivas tem que ser de conservação e de proteção, devendo ser paga pela sociedade. «Os fogos ainda são um problema, mas já não tão grave como foi e acredito que vamos continuar a melhorar, sou um otimista relativamente a essa matéria. Existe em Portugal grande capacidade de crescimento em termos florestais», afirma.

Já sobre as Ameaças, Vasco Campos destaca «as pragas e doenças, que são uma consequência da globalização», o que obriga «a um grande trabalho, primeiro de gestão, trazendo mais atividade para a floresta, e depois de investigação, realizada por consórcios entre entidades públicas e privadas».

Quanto às Fraquezas, o presidente da FNAPF considera que a principal é a grande divisão da propriedade, embora o caminho para atenuar este ponto fraco esteja a ser percorrido pelas associações, com as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), com os fundos de investimento imobiliário e através de medidas fiscais.

Já sobre as Forças, Vasco Campos salienta que «temos um país, na grande maioria, com boas condições edafoclimáticas, principalmente no Norte e no Centro, o que se reflete em boas produtividades florestais, acima da média europeia, (...) há pois que saber aproveitar este binómio clima-solo».

Para o responsável da Federação, Portugal está *up to date* em termos tecnológicos, mas, em sua opinião, o erro é canalizar a madeira só para duas grandes vertentes: a pasta de papel e a biomassa. É necessária uma aposta na produção de madeira de qualidade, madeira nobre, principalmente para mobiliário, na qual estamos extremamente dependentes do exterior, admite. Mas não deixa de referir que «estão a nascer ou a crescer outros negócios e outros mercados, como no pinheiro manso, no medronheiro, no castanheiro ou nos cogumelos silvestres, para fins tradicionais ou novos, como a cosmética».

A floresta tem um importante peso nas exportações nacionais, principalmente ao nível do papel e da cortiça. **Em 2012, as exportações do setor florestal representavam 6.5% do total de exportações do país e 2.5% do PIB nacional.**

PDR 2020 é «globalmente positivo»

A FNAPF acompanhou a elaboração do PDR 2020 e o seu presidente afirma a propósito: «na globalidade estamos de acordo com o PDR, há uma atitude muito positiva relativamente à questão da dimensão, já que não faz grande sentido apoiar pequenos investimentos, não quer dizer que não devam ser realizados, mas consideramos que a prioridade deve ser dada aos projetos com maior dimensão,

porque a floresta a Norte do Tejo está dividida por mais de um milhão de prédios rústicos e centenas de milhar de proprietários, pelo que as intervenções sem lógica territorial e sem gestão integrada devem ser secundárias». E acrescenta que «este quadro, pela primeira vez, tem um apoio específico para operações com relevância territorial, nomeadamente para as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e os baldios, tendo a FNAPF sempre sido apologeta desta visão».

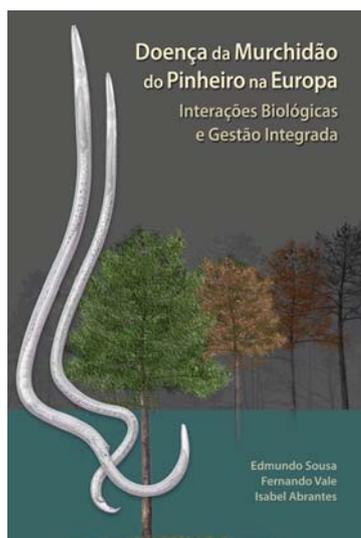
Vasco Campos considera ainda positiva a Medida 8. "Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais", em concreto a operação 8.1.4. "Restabelecimento da Floresta afetada por Agentes Bióticos, Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos", porque há centenas de milhares de hectares de floresta de pinheiro bravo por recuperar no Centro de Portugal, decorrente dos incêndios de 2003 e 2005. E o setor está a dar resposta, se considerarmos «o elevado número de candidaturas que está a ser elaborado», adianta.

Do lado negativo do Programa, o presidente da FNAPF diz que «há questões essencialmente processuais que estamos a colocar à tutela, questões técnicas, mas que inviabilizam candidaturas. Têm a ver com a sobreposição de investimentos, mas também com os prazos dos programas». Finaliza fazendo votos de que os serviços do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural selecionem os melhores e mais importantes projetos de investimento, atendendo ao elevado número de candidaturas, que já ultrapassam a verba definida para as medidas de apoio à floresta.



«É necessária uma política acertada e determinada de prevenção de incêndios e de pragas e doenças», Vasco Campos, presidente FNAPF

NEMÁTODE DA MADEIRA DO PINHEIRO EM LIVRO



Além da representatividade política, que outras funções tem a Federação?

Vasco Campos – O desenvolvimento de projetos estruturantes para o setor florestal e para as nossas associadas também tem sido uma das nossas funções na federação. O mais relevante que realizámos até agora foi relativo ao combate à doença da murchidão do pinheiro, em parceria com o INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a Escola Superior Agrária de Coimbra.

O projeto consistiu em compilar muito do trabalho de investigação relevante realizado em Portugal, assim como o conhecimento técnico-científico existente sobre esta doença, num formato disponível e acessível (livros, guia, filme e poster). Todo este trabalho, que envolveu um elevado número de autores, foi coordenado pela FNAPF e apresentado no passado mês de fevereiro.

É uma obra oportuna e relevante...

VC – É sem dúvida uma obra muito oportuna e muito relevante. Optámos por realizar uma edição bilingue, em português e inglês, porque os restantes países da Europa têm muito pouco conhecimento sobre esta problemática e estão muito preocupados com a possibilidade deste organismo patogénico poder chegar

aos povoamentos de coníferas do Centro e Norte da Europa, o que seria catastrófico.

Atualmente a doença está presente apenas em Portugal?

VC – Oficialmente, a doença foi detetada em Portugal e Espanha, mas há suspeições de que também já possa estar em França...

O que traz de novo este livro?

VC – Além do livro, foi elaborado igualmente um Guia de Campo, um filme e um poster sobre toda a problemática da doença. O livro é inovador na forma como aborda a questão, através das interações biológicas que se desencadeiam entre as três componentes da doença (nematode, inseto vetor e árvore hospedeira), na possível influência das bactérias e na apresentação de propostas de gestão integrada da doença, além de uma importante sistematização do conhecimento, que passa a estar disponível para proprietários florestais, investigadores, engenheiros florestais e outras pessoas interessadas nesta temática.

Acaba por ser um documento de consulta...

VC – Sim, que disponibiliza de forma acessível muita informação, que aponta caminhos e que ajuda a desmistificar algumas questões relacionadas com a doença, porque sendo relativamente recente no nosso país, ainda há muito desconhecimento, dúvidas e questões. Por outro lado, também vai fazer com que outros países tenham acesso a esta informação e contribuir para afirmar Portugal como o país que se encontra na vanguarda da investigação desta doença a nível europeu.



O papel da Certificação Florestal na Economia Portuguesa



Por: Cláudia Rosas, Gestora Comercial APCER

O setor florestal em Portugal tem, nos dias de hoje, um papel cada vez mais preponderante, assumindo uma importância estratégica e decisiva no futuro da Economia Portuguesa. De facto, a floresta é fonte de uma diversidade de produtos destinados aos mais variados setores e indústrias. A indústria de celulose e da cortiça absorvem grande parte da madeira produzida em Portugal, no entanto, existem outros produtos e setores que assumem cada vez maior expressão no mercado, tais como a indústria de mobiliário, pellets, entre outros.

Os produtos florestais adquirem assim um peso cada vez maior, quer no mercado interno, quer no mercado externo e a certificação florestal é uma forma de transmitir confiança aos clientes e partes interessadas.

Os principais esquemas de certificação florestal são: FSC® - Forest Stewardship Council® e PEFC - Programme for the Endorsement of Certification Schemes. Estes dois esquemas não se reconhecem entre si, mas destinam-se ao mesmo fim: transmitir credibilidade e confiança no processo de gestão florestal e a sua sustentabilidade.

A APCER, com a sua larga experiência e reconhecimento na área da certificação, disponibiliza deste modo às empresas da fileira florestal, desde a extração até à comercialização e ao consumidor final, uma certificação dos produtos de base florestal, como sendo provenientes de florestas geridas de modo responsável, facilitando o seu acesso ao “ecomarket”.

A APCER presta serviços de Certificação de Cadeia de Custódia FSC® para todo o mundo, com exceção da República Popular da China, através de acreditação própria pela Accreditation Services International (ASI), e relativamente ao PEFC. Fomos o primeiro organismo de certificação português a ser acreditado pelo

Instituto Português de Acreditação (IPAC) e reconhecido em Portugal pelo CFFP - Conselho da Fileira Florestal Portuguesa, para a certificação florestal e da cadeia de responsabilidade.

De acordo com os dados do PEFC, a APCER possui em Portugal 4 certificados emitidos para a Gestão Florestal (33% do número total de certificados emitidos) e 16 certificados para a cadeia de responsabilidade (52% do total de certificados emitidos). Na certificação FSC® Cadeia de Responsabilidade, e de acordo com os dados do FSC®, existem em Portugal 407 certificados emitidos, dos quais 123 foram emitidos pela APCER (30%).

Em conclusão, no mercado global em que vivemos, onde a concorrência é cada vez mais forte, torna-se fundamental que as organizações demonstrem a sua capacidade de integrar o tema da sustentabilidade na sua gestão estratégica, como a única forma de crescimento futuro.



«O consumidor é o maior aliado da cortiça»

O setor da cortiça está numa curva de crescimento e precisa de mais e melhor matéria-prima para fazer face ao aumento da procura nos mercados internacionais. A indústria é desafiada a desenvolver novos produtos com maior valor acrescentado e está a apostar na promoção da cortiça enquanto marca global sinónima de cultura, tradição e sustentabilidade.

A Jovens Agricultores esteve à conversa com João Rui Ferreira, presidente da APCOR- Associação Portuguesa da Cortiça a quem pediu um diagnóstico dos desafios e oportunidades do setor. A entrevista decorreu num tom de otimismo e confiança no futuro, porque, segundo diz o jovem empresário, «a cortiça que tem uma enorme vantagem competitiva ao estar alinhada com as tendências mundiais de consumo sustentável (...) o consumidor é o maior aliado da cortiça». Este material nobre faz parte de um ecossistema único, que é um dos 35 hot spots da biodiversidade a nível mundial e Portugal concentra 34% da área mundial de montado de sobreiro.

A estratégia de promoção internacional da cortiça, liderada pela APCOR, está focada na promoção da cortiça enquanto marca global, sinónima de cultura e tradição. «Os consumidores têm sido recetivos a esta mensagem e é aqui que devemos continuar a apostar, nas cadeias de valor a montante do mercado», explica João Rui Ferreira. A APCOR acaba de ver aprovada uma verba de 7,8 milhões de euros de apoios públicos para promover a cortiça em novos e antigos mercados, nos próximos 2 anos: EUA (1º importador de rolhas e outras aplicações), China, Itália, França, Alemanha (1º importador de aplicações extra rolhas), Escandinávia, Brasil, Reino Unido são os mercados-alvo.

O SETOR DA CORTIÇA EM NÚMEROS

€846M_ exportações em 2014

€127,7M_ importações em 2014

€1.000M_ meta de exportação em 2020

62,8%_ relevância de Portugal nas exportações mundiais de cortiça

70%_ Europa é o principal importador

600_ empresas

9.000_ trabalhadores

Cortiça exporta €900M

As exportações de cortiça transformada ultrapassaram pela primeira vez, em 2015, a barreira dos €900M e as oportunidades estão à vista, seja no setor das rolhas, que representam 70% do total das exportações, seja em novas áreas de atividade, como a construção, o têxtil, a decoração, a moda e o lifestyle. O desafio consiste em encontrar novas aplicações para a cortiça em setores que gerem maior valor acrescentado à fileira.

«As novas aplicações deixam-nos com muita esperança no futuro. No setor da construção, por exemplo, a cortiça está a ser cada vez mais utilizada em pavimentos e outras aplicações que melhoram o isolamento térmico e acústico dos edifícios, contribuindo também para torná-los mais sustentáveis do ponto de vista ambiental.



A cortiça é oriunda de um ecossistema único no mundo, que é a última barreira entre o Norte da Europa e o deserto do Sahara

É preciso afirmar a cortiça enquanto material diferenciador», defende o presidente da APCOR.

No segmento dos vedantes, as rolhas de cortiça são as preferidas dos consumidores, mas a concorrência feroz de outros materiais de encapsulação, menos nobres, mas mais baratos, obriga a indústria corticeira a reinventar-se constantemente para reduzir os custos

de transformação por unidade. «Os estudos de mercado mostram que a cortiça é preferida por 75% a 85% dos consumidores de vinho a nível mundial. Um norte-americano, por exemplo, está, em média, disposto a pagar 5 dólares a mais por uma garrafa de vinho vedada com rolha de cortiça», revela João Rui Ferreira.

Mais e melhor matéria-prima

Apesar de a balança comercial da cortiça ter um saldo positivo de 718,3 milhões de euros, Portugal ainda importa por ano perto de €128M em matéria-prima para transformação. Significa, portanto, que existem oportunidades de crescimento no setor produtivo.

A montante da Fileira os desafios são vários com vista a aumentar a produção e a qualidade da cortiça. É preciso investir na melhoria da fitossanidade do montado, encontrando novas formas de combate a pragas e doenças, ameaça crescente à produção de cortiça, e são necessárias formas mais intensivas de condução do montado (maior densidade de plantação), que possam contribuir para aumentar o volume de produção por m² de terreno.

A certificação da produção é outra preocupação do setor corticeiro. Certificar garante uma gestão florestal mais cuidada, que se traduz, a médio e longo prazo, em ganhos de produtividade e maior qualidade da matéria-prima e pode também ser um fator diferenciador do ponto de vista da comercialização. O melhoramento genético do sobreiro é uma “corrida de fundo” onde já há algum trabalho realizado, nomeadamente através do consórcio de investigação Genosuber, mas é preciso continuar a investir em investigação.

Exportações ultrapassam barreira dos €900M

Em 2015, as exportações nacionais do setor da cortiça terão ultrapassado pela 1ª vez a barreira dos 900 milhões de euros de exportações, de acordo com a APCOR. Os EUA assumem a liderança como primeiro mercado importador de cortiça portuguesa, ultrapassando a França, que era desde há muitos anos o primeiro comprador.



«Vive-se hoje um período de confiança e otimismo no setor da cortiça, muito positivo para alavancar investimento», João Rui Ferreira, presidente da APCOR- Associação Portuguesa da Cortiça

BI Jovem Empresário

João Rui Ferreira, 37 anos

Presidente da APCOR
desde Março de 2012

Diretor-geral da empresa Waldemar Fernandes da Silva S.A., de Santa Maria da Feira. Licenciado em Engenharia Química, especializado em Administração de Conflitos Supercríticos e pós-graduado em Gestão e em Política Europeia e Lobby.

Visão empresarial:

Inovar para Crescer = Encontrar soluções novas para problemas antigos.



As novas aplicações da cortiça vão desde a construção, ao têxtil, decoração, moda e life style

Agenda 3i9

A Agenda Portuguesa de Investigação e Inovação no Sobreiro e na Cortiça - agenda 3i9, apresentada publicamente no final de 2015, nasce do trabalho desenvolvido pelo Centro de Competências do Sobreiro e da Cortiça, envolvendo a produção, a indústria, a investigação e o Estado, num total de 81 investigadores e técnicos de 27 entidades. A Agenda 3i9 define as prioridades para o setor, plasmadas em cinco planos funcionais: Plano Nacional de Melhoramento, Plano Nacional de Melhoria da Produtividade, Plano Nacional de Defesa contra Agentes Bióticos, Plano Nacional de Qualidade da Cortiça e Plano Nacional de Ação Territorial.

Tratam-se de estratégias de intervenção de médio e longo prazo, refletidas do acrónimo “Agenda 3i9”: o curto prazo, correspondente a um ciclo produtivo de nove anos, o médio prazo, correspondente a três ciclos produtivos de nove anos, e a interligação de três componentes primordiais – investigação, inovação e interação entre linhas de atuação.

O objetivo do consórcio é que os apoios disponíveis (comunitários e nacionais) sejam canalizados de forma articulada para um setor com prioridades definidas.

GENOSUBER – O projeto de sequenciação do genoma do sobreiro

Autor: José Matos, investigador do INIAV

O sobreiro foi oficialmente declarado árvore nacional, no dia 22 de dezembro de 2012, o que reflete bem o impacto que esta espécie tem para o nosso país, não apenas em termos comerciais e florestais, mas talvez acima de tudo, em termos culturais.



Sobreiro selecionado para sequenciar o genoma: HL8, Herdade dos Leitões, Montargil, Ponte de Sor (na imagem com o proprietário, Engº João Lopes Fernandes, à direita, com o Engº Pedro Marques da Herdade dos Leitões, à sua esquerda e vários elementos da equipa do Genosuber)

Longe vão os tempos em que receber uma “medalha de cortiça” era sinónimo de desvalorização do nível alcançado. Hoje, variados artigos produzidos de cortiça atingem preços elevados e são um símbolo de qualidade daquilo que de bom se fabrica em Portugal. Poucas são as áreas de mercado nas quais Portugal é líder Mundial, e a cortiça é uma delas, sendo atualmente o sobreiro a segunda maior espécie florestal em área no nosso país, assegurando dezenas de milhares de postos de trabalho diretos ou indiretos e contribuindo em grande medida para o esforço de exportação de Portugal.

É por isso incompreensível que tanto esteja ainda por

estudar em relação a esta árvore (*Quercus suber*). Numa época das “ómicas”, ou seja, vivendo a ciência uma fase de enorme desenvolvimento de tecnologias que permitem determinar que genes existem num organismo, que genes estão na realidade a ser expressos num tecido ou órgão desse mesmo organismo, ou mesmo, que proteínas estão a ser produzidas por uma dada planta num tempo determinado, é quase imperativo que Portugal assuma a sua responsabilidade de líder Mundial e seja ele a identificar o genoma do sobreiro.

Foi este, essencialmente, o objetivo que levou ao Projeto de Sequenciação do Genoma do Sobreiro (Genosuber), uma proposta que conheceu várias versões ao longo de oito anos e que finalmente conheceu a luz do dia, através de um projeto liderado pelo CEBAL (Centro Experimental do Baixo Alentejo), que teve como parceiros o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), o Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa (ITQB), o Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET), e o Biocant, em Cantanhede. O projeto conta com 28 investigadores portugueses, dois consultores estrangeiros (Yves van de Peer, da Universidade de Ghent, Bélgica, e Gerald Tuskan, do Laboratório Nacional de Oak Ridge, nos EUA) e foi financiado pelo programa INALENTEJO e apoiado por várias empresas e instituições, das quais se salientam a Corticeira Amorim, a Cork Supply, o Crédito Agrícola e a Fundação João Lopes Fernandes.

Qual o significado de conhecer o genoma do sobreiro?

Façamos um paralelo com o projeto de sequenciação do genoma humano. Se nós conhecermos todos os genes do ser humano, podemos identificar as sín-

dromes e as doenças genéticas existentes e, com base nesse conhecimento, podemos realizar um diagnóstico precoce e estudar processos de cura ou de mitigação dessas doenças. Também no sobreiro, quando conhecermos todos os genes que estão envolvidos na síntese da cortiça, na resistência ou tolerância da planta a pragas ou a stresses bióticos ou abióticos, mais facilmente poderemos encontrar testes genéticos para análise precoce. Estes permitem determinar se uma determinada planta, com um ou dois meses, terá todo o potencial para vir a ser uma árvore com as condições desejadas pelo produtor, ajudando assim a fazer uma seleção precoce, sem necessidade de esperar décadas para poder observar finalmente se essas características se vão expressar. O conhecimento do genoma não vai substituir nenhuma das áreas de estudo absolutamente fundamentais (ecologia, fisiologia, morfologia, fenologia, etc.), mas sim complementar esses estudos, com uma análise molecular de enorme potencialidade.

O conhecimento do genoma não vai resolver, por si só, todos os problemas dos produtores e da fileira, mas vai permitir, por um lado, que trabalhos de expressão genética e de diferenciação genética entre árvores com comportamentos distintos possam ser realizados de rotina e, por outro lado, que um maior número de investigadores se dedique ao estudo desta árvore, exatamente porque esse estudo será mais rápido e mais eficaz, por já ser conhecido o genoma da espécie. Aliás, ainda antes da divulgação pública dos resultados, que se realizará muito em breve, surgem já contatos de vários investigadores interessados nestes dados para poderem chegar mais longe na sua investigação.

O facto de este ser um projeto de investigação que desde o seu início contou com o apoio da indústria transformadora e, no fundo, de todo o setor do sobreiro e da cortiça, é bem o espelho do caráter profundamente aplicado e do desejo dos autores em ajudar a encontrar soluções para os problemas que afligem a fileira e, que por isso, merecerão todo o nosso empenho e prioridade.

Este ano de 2016 será um marco no conhecimento do sobreiro. Será o ano em que o mundo conhecerá a sequência do genoma do sobreiro HL8, uma árvore situada na Herdade dos Leitões, em Montargil, propriedade do Eng^o João Lopes Fernandes, através de um projeto colaborativo nacional. Este levou ainda à elaboração de uma geração de sobreiros (F1), realizada através de polinização controlada (com pais e mães conhecidos e controlados), que se encontram em ambiente de estudo e que serão também este ano transferidos para o campo, o que auxiliará a testar a robustez do genoma sequenciado e apoiará estudos futuros que necessitem do conhecimento dos progenitores.

Este é o legado que deixaremos a todos os investigadores que se interessem pelo sobreiro. Para a nossa geração e para as gerações vindouras, sempre em colaboração com os principais interessados na aplicação destes resultados: os produtores e os empresários. Como dizia Louis Pasteur: Não conheço um ramo da ciência que se possa designar ciência aplicada. Só conheço ciências e aplicações da ciência.

«2016 será o ano em que o mundo conhecerá a sequência do genoma do sobreiro»



Polinização controlada de sobreiros. Preparação da F1

Armadilha digital para captura da mosca da azeitona

A AJAP é parceira num projeto europeu de investigação e desenvolvimento de uma armadilha digital para captura da mosca da azeitona.

A mosca da azeitona (*Bactrocera oleae*) é o principal inimigo da oliveira e dos olivicultores, a praga encontra-se por toda a bacia do Mediterrâneo e, mais recentemente, chegou à América do Norte e Central. Os prejuízos anuais causados pela mosca são estimados em €600/hectare.

O ENTOMATIC poderá vir a ser a ferramenta que os produtores de azeitona procuram há muito para quantificar e realizar um controlo preciso da população da mosca da azeitona, de forma simples e eficaz. Informação que ajudará a implementar uma estratégia de Proteção Integrada, com uso reduzido de produtos fitofarmacêuticos, minimizando os estragos na azeitona e na qualidade do azeite.

O ENTOMATIC é composto de uma armadilha autónoma com um sistema de reconhecimento bioacústico integrado num sensor wireless (sem fios), por sua vez ligado a um “portal de campo” e a um sistema central remoto de gestão da informação e apoio à decisão.

Como funciona a armadilha digital?

Atraídas pelo isco, as moscas (machos e fêmeas) entram na armadilha e são detetadas por um primeiro sensor foto interruptor, mas a contagem só é feita quando passam num segundo sensor do mesmo tipo e é nesse momento que o sistema de reconhecimento bioacústico começa a registar os sinais áudio emitidos pelas moscas. O “portal de campo” ENTOMATIC recebe o sinal e aceita ou descarta a contagem, consoante a mosca pertença ou não à espécie *Bactrocera olea*. As moscas são capturadas pelo isco embebido de feromonas, onde ficam eventualmente coladas, ou acabam por afogar-se no líquido do isco.

As armadilhas colocadas numa mesma parcela comunicam entre si, enviando os dados de forma coordenada para o “portal de campo”, que está equipado com uma estação meteorológica, e por sua vez transmite os dados para o sistema central de monitorização e gestão ENTOMATIC, alojado numa *cloud* (nuvem digital), tornando os dados acessíveis através da Internet. O utilizador final – agricultor ou técnico – pode aceder a esta informação através de PC, smartphone ou tablet.

O consórcio do projeto é composto por organizações de pequenos e médios agricultores de vários países da União Europeia e da Turquia e por uma empresa especializada no desenvolvimento de soluções de Proteção Integrada.

A AJAP está envolvida em diversas etapas do projeto, nomeadamente no desenvolvimento do sistema de identificação bioacústica e na criação do protótipo da armadilha e sua validação de campo, através de ensaios em parcelas de olival de alguns dos seus associados. No final do projeto a armadilha digital será comercializada para os associados da AJAP, tal como para os associados das restantes organizações envolvidas.



«Estamos cá há 100 anos, sempre ao lado dos agricultores»

Normando Xarepe presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Estremoz, Monforte e Arronches, afirma que a CCAM está e estará na primeira linha no apoio às iniciativas dos agricultores. Sobre a parceria estabelecida entre a CCAM e a AJAP acredita ser uma «mais valia para os nossos sócios, clientes e agricultores em geral».



Em que ano foi criada a CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches? Como descreve a evolução da vossa empresa e sua afirmação na região?

A CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches, CRL foi fundada em dezembro de 1926. Uma instituição como a nossa, com 90 anos de atividade, atuando na área financeira, passa ao longo da sua vida por estágios de desenvolvimento muito diferentes, para poder dar uma resposta eficaz aos desafios que constantemente lhe são colocados pelas alterações legais e de mercado. O Crédito Agrícola tem a particularidade de estar profundamente enraizado nas regiões onde está implantado. Não podemos esquecer que o Crédito Agrícola foi criado localmente, por pessoas da região para satisfazer as necessidades dessas pessoas e da economia regional. É sem dúvida uma característica única que nos distingue claramente da outra Banca. Crescemos e evoluímos na nossa região, com as nossas pessoas,

com os nossos recursos, apos-tando e ajudando a desenvolver a economia local.

O apoio/crédito a projetos de instalação de Jovens Agricultores tem sido prioridade para a CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches?

Atualmente o Crédito Agrícola exerce a sua atividade em todas as áreas e apoia e financia todos os projetos sustentáveis. Obviamente que não renegamos as nossas origens. Orgulhamo-nos delas. Estamos cá há 100 anos, sempre ao lado dos agricultores. Não os descobrimos, como alguns, só agora. Fomos criados por agricultores. Fomos, somos e seremos sempre um Banco vocacionado para apoiar projetos agrícolas e é com muito entusiasmo e satisfação que vemos os jovens abraçar com determinação e coragem esta atividade. Apoiá-los é seguramente um dos nossos desígnios mais importantes.

Recentemente a vossa instituição estabeleceu uma parceria de colaboração com a AJAP. Acha que pode vir a ser uma mais-valia para a vossa instituição, para os Jovens Agricultores e outros Agricultores?

Uma das preocupações da CCAM é participar com todas as organizações que ajudam o desenvolvimento da região. A AJAP está nesta categoria e foi com muito agrado que estabelecemos esta parceria, que, temos a certeza será muito profícua, esperando que desta nossa colaboração resulte uma mais valia para os nossos sócios, clientes e agricultores em geral.

«Foi com muito agrado que estabelecemos a parceria com a AJAP, que, temos a certeza será muito profícua»

Dê exemplos de projetos de jovens agricultores a que a vossa CCAM concedeu crédito e que se destacuem pela inovação e solidez.

Consideramos que temos tido sucesso com as parcerias que temos efetuado, tanto com jovens oriundos de famílias tradicionalmente ligadas ao setor, como com os que quiseram estabelecer-se como agricultores sem terem qualquer contacto com esta atividade económica e que inovaram nos métodos e tipo de culturas.

Quais as suas expectativas quanto ao crescimento da conceção de crédito ao setor agrícola, nos próximos anos?

O setor agrícola sempre foi um ramo de atividade económica que tentou aproveitar ao máximo os Quadros Comunitários. Estamos convictos que com este novo Quadro Comunitário PDR 2020 será o mesmo. É uma ajuda bastante importante para o desenvolvimento da região, e em particular, para esta atividade económica. Temos a certeza que não faltarão bons projetos a serem candidatados pelos nossos agricultores. Assim haja da parte das entidades oficiais capacidade e rapidez para responder ao desafio. O Crédito Agrícola, como sempre, estará na primeira linha no apoio às iniciativas dos nossos agricultores.

Estamos em presença de um “novo Alentejo agrícola”, mais dinâmico e diverso. Essa renovação é visível nos concelhos Estremoz, Monforte e Arronches? Já se reflete na dinamização da economia local e criação de novos empregos?

Sem dúvida que o setor agrícola no Alentejo se transformou profundamente nos últimos anos. De uma agricultura muito baseada na produção cerealífera, passamos para uma diversidade de novas produções que seria impensável há bem poucos anos. Como expoente máximo desta transformação temos a zona do Alqueva onde nada é como dantes. Na nossa zona destacamos o desenvolvimento da área vinícola que cresceu exponencialmente e com uma qualidade excepcional. E quem é que pensaria ver em Arronches uma plantação de romãs? E em Veiros plantações de amendoeiras, nogueiras ou de ervas aromáticas? Sobre o emprego criado é bom dizer que há escassez de mão-de-obra para os trabalhos agrícolas.

Quais considera serem as oportunidades e pontos fortes do Alentejo Interior no que respeita ao desenvolvimento associado ao Mundo Rural? E os pontos fracos?

Além do incontornável desenvolvimento na área agrícola, onde temos de fomentar o aparecimento de agro-indústrias e de mais área de regadio, o Alentejo tem que desenvolver a vertente turística, onde todos os indicadores o apontam como uma das regiões com maior potencial de crescimento do mundo. Área onde efetivamente se tem apostado no Turismo de qualidade, mas onde ainda existem inúmeras oportunidades de negócio, nomeadamente na área gastronómica e cultural. O património arquitetónico, as cidades de Évora e Elvas são património mundial, e o património cultural, como o cante alentejano, têm que ser aproveitados como uma mais valia para o desenvolvimento da região.

E o papel da região na ligação com a vizinha Espanha, a nível do setor primário?

Sabemos que existem bastantes transações económicas entre os dois lados da fronteira, mas sem dúvida que o saldo é claramente favorável aos nossos vizinhos. Existe aqui uma grande oportunidade a explorar para o setor primário.

Considerando que o investimento precisa de um planeamento que o enquadre e sirva de referencial aos agentes económicos, crê ser importante a definição de um Plano Agrícola Estratégico para o Alentejo?

Entendo que se devem ter diretivas e objetivos muito claros sobre as grandes questões do setor e definir em que áreas queremos apostar mais. Para além disto é dar a iniciativa aos nossos agricultores. Eles, melhor do que ninguém, sabem o que fazer e como fazer. E já provaram que o fazem melhor que quaisquer outros.

«Existe uma grande oportunidade a explorar pelo setor primário português na vizinha Espanha»

FSC® - Forest Stewardship Council®

O FSC® proporciona a ligação entre a floresta e o utilizador final, assegurando que os produtos com a marca FSC® cumprem princípios e critérios que incluem os mais elevados benefícios sociais e ambientais.

Existem 3 tipos de certificação FSC®, que refletem as várias fases da produção e o progresso dos produtos florestais ao longo da cadeia de valor:

GESTÃO FLORESTAL

A Certificação FSC® de Gestão Florestal é atribuída a proprietários ou gestores florestais cujas práticas de gestão cumprem os requisitos dos Princípios e Critérios FSC®.

CADEIA DE CUSTÓDIA

A Certificação FSC® de Cadeia de Custódia aplica-se aos fabricantes, transformadores e comerciantes de produtos florestais certificados pelo FSC®. Verifica a rastreabilidade de materiais e produtos certificados FSC® ao longo da cadeia produtiva.

MADEIRA CONTROLADA

A Certificação FSC® de Madeira Controlada foi desenvolvida para garantir que as organizações não incluem categorias de madeira consideradas inaceitáveis em produtos FSC®.

VANTAGENS DA IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO FSC®:

- Melhor gestão florestal;
- Maior controlo dos recursos;
- Resposta às preocupações ambientais e sociais da sociedade sobre a floresta;
- Melhores condições de trabalho e de vida de quem trabalha na floresta;
- Manutenção e aumento da biodiversidade e de outros valores ecológicos;
- Proteção das funções ambientais das florestas;
- Melhoria da imagem das Organizações e do setor florestal em geral;
- Sustentabilidade económica;
- Maior facilidade de acesso ao “ecomarket” e a mercados cada vez mais exigentes.

A APCER disponibiliza certificação de acordo com os princípios e critérios FSC®, através da sua acreditação pela **Accreditation Services International (ASI)**.



A marca da gestão florestal responsável



Ciclo de Conferências Jovem Agricultor

Caminha | Faro | Peso da Régua | Nelas
Estremoz | Funchal | Lisboa

*Revitalizamos o campo,
semeamos futuro*



Com o patrocínio de:



Com o apoio de:



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020



Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Rua D. Pedro V, 108, 2º | 1269-128 Lisboa

Tel. +351 213 24 49 70 | ajap@ajap.pt | www.ajap.pt